



**UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA
REDE PÚBLICA DE SANTA MARIA/RS**

Andressa Makoski Machado

Santa Maria, RS, Brasil.

2014

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE PÚBLICA DE SANTA MARIA/RS

Andressa Makoski Machado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Educação Especial do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de

Licenciada em Educação Especial

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sabrina Fernandes de Castro

Santa Maria, RS, Brasil.

2014

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso Graduação em Educação Especial

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova o
Trabalho de Conclusão de Curso

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA
REDE PÚBLICA DE SANTA MARIA/RS

elaborada por

Andressa Makoski Machado

como requisito final para obtenção do grau de
Licenciada em Educação Especial

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Drª. Sabrina Fernandes de Castro (UFSM)
(Orientadora)

Profª M.s Tatiane Negrini
(UFSM)

Profª M.s Cláucia Honnef
(UFSM)

Santa Maria, 11 de dezembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Gilson e Arlete, pela educação, pelo incentivo aos estudos e por renunciarem inúmeras vezes seus sonhos em prol dos meus, me dando a oportunidade de alcançar o meu, até então, maior objetivo. Vocês são essa conquista!

Ao meu irmão, por ter me dado a oportunidade de passar muitos e bons momentos durante nossa infância e, principalmente, pelo companheirismo durante esses últimos tempos.

Ao meu namorado Luciano, pelo companheirismo, paciência e por fazer com que eu encontrasse um sentido para a vida. Não existem palavras suficientes.

Aos meus tios, Pedro e Sônia, pela ajuda, pelas palavras, pelo acolhimento e atenção quando os dias ficavam pesados e a solidão intensa.

A todos meus familiares citados e os que estiveram presente de alguma forma: Amo vocês!

As grandes amigas e colegas de percurso acadêmico Angela e Maiane pela intensa amizade, apoio, risadas, leituras, desejos, anseios. Vocês contribuíram não só na minha formação acadêmica, mas acrescentaram em minha vida experiências maravilhosas!

A Luana, por viver uma irmandade, por compartilhar anseios, por estar presente em todas situações e pelos seriadados. Você é uma das peças principais dessa conquista.

A Professora Orientadora Sabrina Castro, que mesmo sem saber, através da sua competência e excelência profissional, vem me inspirando a questionar e problematizar as questões que envolvem a educação inclusiva no nosso país desde o terceiro semestre de graduação. Aprender com você foi maravilhoso. Obrigada por tudo!

A Professora Fabiane Adela Tonetto Costas. Sem dúvida, muito do que eu almejei ser como profissional deve aos teus ensinamentos! Obrigado por compartilhar tanta experiência para o meu crescimento acadêmico.

A colega Sarine, pelos anseios durante a realização desse trabalho, pela ajuda e pelos momentos de descontração.

Aos professores das Salas de Recursos Multifuncionais e Atendimento Educacional Especializado, bem como a equipe diretiva das escolas as quais realizei a pesquisa para que esse trabalho fosse realizado. A receptividade e apoio de vocês foi essencial para o desenvolvimento dessa escrita.

Nada do que foi será
De novo do jeito que já foi um dia
Tudo passa, tudo sempre passará
A vida vem em ondas como o mar
Num indo e vindo infinito

“Como uma onda- Lulu Santos”

RESUMO

Trabalho Final de Curso

Curso de Graduação em Educação Especial - Licenciatura Plena

Universidade Federal de Santa Maria

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE PÚBLICA DE SANTA MARIA/RS

Autora: Andressa Makoski Machado

Orientadora: Sabrina Fernandes de Castro

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 11 de dezembro de 2014.

Ao falarmos sobre educação inclusiva, num processo quase que automático, é normal que façamos a relação com crianças que necessitam de Atendimento Educacional Especializado bem como as salas onde esses atendimentos são realizados. Nas escolas, pouco encontramos o discurso sobre a formação dos profissionais que atendem esses sujeitos. Com o intuito de problematizar a dúvida mais pertinente durante os meus 4 anos de graduação, a qual está representada no título escolhido, esse trabalho traz análises a partir de entrevistas realizadas com Educadores Especiais e professores atuantes nas Salas de Recursos Multifuncionais e no AEE, com o intuito de apresentar a realidade vivida em determinadas escolas públicas da cidade de Santa Maria-RS. Com isso, problematizo sobre a importância da formação desses profissionais, uma vez que são neles as maiores apostas dentro da escola quanto ao desenvolvimento da criança que necessita de mediações específicas para o seu crescimento cognitivo, social, etc. Para isso, utilizou-se referências que embasaram toda a discussão sobre a temática desse trabalho. Pude observar com os relatórios que além da preocupação com a formação continuada, a formação inicial dos professores pode vir influenciar no seu modo de desenvolver seus atendimentos.

PALAVRAS CHAVE: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Formação de professores, Realidade da educação inclusiva.

SUMÁRIO

1. REFERENCIAL TEÓRICO:	9
2. METODOLOGIA:	12
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:	15
3.1. FORMAÇÃO INICIAL:	15
3.2. FORMAÇÃO CONTINUADA:	16
3.3. DEMANDAS DA FORMAÇÃO:	17
3.4. FORMAÇÃO ESPECÍFICA:	19
3.5. ESCOLHA PROFISSIONAL:	20
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:	22
REFERÊNCIAS:	25
ANEXOS	26

APRESENTAÇÃO:

Meu amor pela profissão Docente começa na infância. Aos 5 anos, inspirada na minha professora de Educação Infantil, decido ser professora. Com o tempo, mudei diversas vezes a escolha, passando inclusive pela clássica “quero ser bailarina”. Entretanto, foi na adolescência, quando ingressei no Curso Normal, que começo a realizar o sonho de infância. É nesse período que conheço, mesmo que brevemente, os discursos sobre educação inclusiva.

No último ano do Curso Normal, fazendo parte da primeira turma que seria formada com ênfase na educação inclusiva, não tive dúvidas quanto à escolha para a graduação. E é em 2011 que realizo meu maior sonho – até então – ingressando no curso de Educação Especial-Diurno pela Universidade Federal de Santa Maria.

Através das vivências da minha vida acadêmica, durante estágios curriculares e extra-curriculares, conversas com profissionais da área (e de classe regular) e discussões sobre referenciais que apontam as questões da educação inclusiva, as dúvidas sobre as relações entre teoria e prática quanto ao processo de inclusão escolar se fizeram não só presentes, como também fortes e constantes. A partir desses questionamentos, procurei ler e inteirar-me sobre o assunto e como este vem sendo abordado nas várias regiões do nosso país. Com o intuito de agregar discussões nesse campo de pesquisa, abordo aqui relatos e opiniões sobre a realidade vivida nas escolas.

Levando em conta a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 (BRASIL,1996) que vem nos explicar a modalidade da Educação Especial, como e onde esta deve se fazer presente, a problematização gerada nesse trabalho será desenvolvida através de discussões - tomando como foco norteador da pesquisa - a formação dos professores que atendem esses alunos, como estes veem a inclusão escolar, como se sentem vivendo essa realidade, os desafios encontrados durante a sua formação, com o intuito de problematizar e relacionar a teoria vivenciada na Universidade com a realidade encontrada em duas escolas públicas da cidade de Santa Maria-RS.

Nesse contexto, estabeleceu-se como objetivo geral entender como se organizam as Salas de Recursos Multifuncionais em duas escolas públicas da rede

regular a fim de problematizar a formação dos profissionais da Educação Especial atuantes nessas salas.

1. REFERENCIAL TEÓRICO:

Pensar no processo inclusivo nas escolas nos remete, em muitos momentos, ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), uma vez que é nesse espaço que o aluno receberá um atendimento específico para suas dificuldades, além de receber mediações que, por meios indiretos, estarão promovendo o desenvolvimento do sujeito.

Para isso, precisamos contextualizar três itens: no que consiste o atendimento educacional especializado nas escolas, o que são as SRMs e quem são as pessoas que devem frequentar as escolas regulares, tornando assim o público-alvo desses atendimentos.

Visando um ensino complementar, o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2008):

[...] tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (p.01)

É a partir dessa proposta instituída pelo decreto nº 7.611 que as salas de atendimento educacional especializado deveriam reger e exercer suas atividades para com a comunidade escolar.

É nesse decreto que se caracteriza os objetivos do AEE:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

Através disso, temos instituída em nossas políticas públicas quem são os sujeitos que têm direito a receber o atendimento especializado (BRASIL, 2008):

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e condições para uma educação de qualidade. (p.01)

Definido o público-alvo do AEE nas escolas regulares, faz-se necessário profissionais habilitados para atuar nesses espaços. Assim, a resolução nº 02 de 2 de outubro de 2009, em seu Art.12 especifica *“Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”* (BRASIL, 2009).

Nesse âmbito, caracteriza-se Sala de Recursos Multifuncionais como:

[...] espaço destinado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e, também, para o desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Assim, a SRM deverá ser organizada com diferentes equipamentos e materiais, de modo a atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais (MILANESI, 2012, p, 24).

Visando ainda na importância do papel do educador especial dentro da escola, penso que sua formação influenciará e muito no desenvolvimento dos sujeitos que devem ser atendidos, já que é nesse momento que o professor precisa desenvolver suas habilidades a partir do conhecimento adquirido durante o percurso da sua formação.

Pensando nessa perspectiva, Figueiredo (2011) nos diz que:

A formação inicial, bem como a formação continuada de professores visando a inclusão de todos os alunos e o acesso deles ao ensino superior, precisa

levar em conta princípios de base que os instrumentalizem para organização do ensino e a gestão de classe, bem como princípios éticos, políticos e filosóficos que permitam a esses profissionais compreenderem o papel deles e da escola frente ao desafio de formar uma nova geração capaz de responder às demandas do nosso século. (p.141)

O professor atuante na Sala de Recursos Multifuncionais deve, dentro do seu contexto, deve utilizar seu conhecimento com o intuito de potencializar as habilidades dos seus alunos. Pensando nisso, a resolução 4 de 2009 em seu Artigo 13 estabelece que:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Com isso em mente, penso que a educação especial se dá além de uma escola que promove a inclusão arquitetônica para um aluno. É importante que esse sujeito que passa a frequentar uma sala de aula regular mas que a inclusão social não seja o único meio de promover o desenvolvimento desse aluno.

2. METODOLOGIA:

Para construir o material que serviu como ponto de partida para desenvolver as discussões, aplicou-se uma entrevista com três professoras da rede pública de ensino. Para coletar esses dados, utilizei uma entrevista adaptada a partir do projeto do Observatório Nacional de Educação Especial, a qual caracteriza-se por ser do tipo qualitativa descritiva.

A escolha em se realizar uma entrevista se deu pela veracidade dos dados, pois, como diz Dias e Omote (1995, p.93):

A entrevista tem sido frequentemente utilizada como instrumento de coleta de dados em Educação Especial. É reconhecida como um dos mais adequados meios para obtenção de certos tipos de informações, tais como aquelas que dizem respeito a concepções que as pessoas têm a cerca de um determinado objetivo.

A entrevista contou com três eixos norteadores, que foram:

- 1- Formação de Professores para Inclusão Escolar;
- 2- Organização do Ensino Nas SRMs e Classes Comuns;
- 3- Relação com a Escola.

Desses três eixos, utilizei para construir esse trabalho os eixos 1 e 3, cujas eram do número 01 ao 12 referentes ao eixo temático 1, e do número 01 ao 10 referentes ao eixo temático 3. As questões referentes ao eixo 2 foram utilizadas e problematizadas na construção do Trabalho de Conclusão de Curso da colega Sarine Gonçalves.

Após a coleta de dados, foi realizado a transcrição e análise dos dados, identificado cinco categorias principais dentro dos eixos 1 e 3, encaixando-as na temática e proposta inicial. As categorias foram as seguintes:

- Formação inicial;
- Formação continuada;
- Demandas de formação para educação inclusiva;
- Formação específica;
- Escolha profissional;

Tais categorias aparecerão durante a escrita de forma que complementem uma a outra, porém procurou-se seguir a ordem mostrada acima.

A entrevista foi realizada em duas escolas públicas da cidade de Santa Maria-RS, sendo uma estadual e outra municipal as quais foram escolhidas aleatoriamente. Participaram da pesquisa três professoras, duas atuantes da rede estadual de ensino e uma da rede municipal. Todas residem e atuam na cidade de Santa Maria-RS. Para entendermos a realidade em que se encontram as professoras entrevistadas, descreverei brevemente ambas as escolas.

A Escola Municipal está em uma região periférica da cidade de Santa Maria-RS. Segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, a comunidade escolar se caracteriza com famílias carentes, simples, vinda de uma comunidade com pouco recurso informativo, responsável, na sua maioria interessada, participativa, porém com algumas dificuldades na expressão oral e escrita devido à visão restrita de mundo.

A escola conta com cinco salas de aula, uma biblioteca, uma sala de professores, sala de direção e coordenação, secretaria, sala de informática, cozinha e refeitório, banheiros e sala de AEE, com um pátio interno que caracteriza-se como pequeno. A escola dispõe de um espaço físico em condições precárias de funcionamento, necessitando de uma pracinha, quadra de esportes, sala individual para coordenação, direção e orientação educacional, sala de recursos multifuncionais e almoxarifado. A escola possui acessibilidade arquitetônica – precárias no meu ponto de vista - através de rampas de acesso na entrada, no acesso ao pátio, a biblioteca, as salas de aula no final do corredor e banheiros adaptados para pessoas com deficiência física.

Nesse estabelecimento de ensino estudam atualmente 215 crianças, onde os alunos do 5º ao 9º ano são atendidos no turno da manhã e da pré-escola ao 4º ano no turno da tarde, tendo um total de 21 professoras com a equipe diretiva e três funcionários.

A sala onde é realizado o Atendimento Educacional Especializado é restrita, tendo dois armários, uma mesa para atendimento dos alunos e um computador, além de jogos e atividades que a educadora especial utiliza com as crianças. O atendimento

é realizado com regime de 20 horas, atendendo um total de 17 alunos. Por questões de ética, a educadora dessa escola será caracterizada como professora 1 (P1).

A segunda escola é regida pelos órgãos estaduais de ensino, vinculada assim a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

A escola contempla o Ensino Fundamental de nove anos, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Alunos (EJA – Ensino Fundamental e Médio) atendendo dessa forma nos três turnos de funcionamento.

Quanto ao corpo docente, a escola conta com 56 professores possuindo 17 funcionários. Frequentam esse estabelecimento cerca de 729 alunos onde 33 são considerados público-alvo da Educação Especial. A faixa etária dos alunos público-alvo da Educação Especial é diversificada.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) a instituição considera na proposta pedagógica a educação inclusiva como essencial ao atendimento e desenvolvimento das capacidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para melhor entendimento dos resultados encontrados, iremos apresentá-los dentro de categoria. Como detalhado na metodologia, as categorias elencadas, foram as seguintes:

- Formação inicial;
- Formação continuada;
- Demandas de formação para educação inclusiva;
- Formação específica;
- Escolha profissional.

3.1. FORMAÇÃO INICIAL:

Para iniciarmos a discussão quanto a formação inicial, podemos nos referir primeiramente ao capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) que trata sobre a educação especial dentro das escolas. No que se refere a formação básica dos professores, segundo o Art. 59. No item III da LDB,

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Considerando esse trecho da LDB, percebeu-se durante a análise das entrevistas que todas as professoras enquadravam-se no que o MEC caracteriza como formação mínima.

Através da fala da P1, vemos que sua vivência com a inclusão começa na sua vida escolar nas séries iniciais quando teve como colega uma menina com síndrome de Down. A partir desse momento ela passa a interessar-se na área e, com isso, realiza o curso de Educação Especial com Habilitação para Deficiência Mental da

Universidade Federal de Santa Maria, quando este passava da perspectiva clínica para a pedagógica. Para ela, a formação inicial dos futuros professores precisa ser com formação específica na área da Educação Especial.

Já a P2 possui uma formação diferente. Formada em pedagogia, começou a envolver com a área da Educação Especial no ano de 2005 através de curso de formação continuada realizado na escola onde atuava como Coordenadora Pedagógica. Após cursar o Curso Normal/Magistério e graduação incompleta de Letras Português/Inglês, decide cursar Pedagogia. Para P2, a formação inicial deve ser na pedagogia por conta da grande abrangência didática, embora relata ter agregado conhecimento com as pessoas que estudam a Educação Especial. Como relata, “...só que sem pedagogia, EU não conseguiria”.

A P3 começa a sua vivência com a educação inclusiva na academia, onde cursou graduação em Educação Especial com habilitação em Deficiência Mental. Entretanto, seu contato com educação de crianças começa já durante a realização do Curso Normal/ Magistério. Para a P3, a formação inicial dos professores atuantes da sala de recursos é importante que aconteça através de uma graduação preferencialmente presencial, embora a entrevistada acredite que alguns cursos na modalidade EaD (Educação a Distância) tenham bastante qualidade.

Através do relato das professoras formadas em Educação Especial, pode-se perceber que, para elas, é primordial os profissionais serem formados na área da Educação Especial para poder oferecer um suporte teórico e prático específico para os diferentes diagnósticos providos dos alunos que caracterizam a inclusão escolar.

3.2. FORMAÇÃO CONTINUADA:

Ao abordamos questões referentes a formação continuada, teve-se o intuito de entender a formação continuada das participantes da pesquisa e seu ponto de vista sobre esse aspecto da formação de professores atuantes nas SRMs.

A P1 afirma que, desde sua saída da graduação, a formação continuada esteve presente até atualmente, onde esta realizou especialização, mestrado, entre outros.

Para a P2, a formação continuada aconteceu em forma de curso de capacitação em Atendimento Educacional Especializado.

A P3, de modo semelhante a P1, realizou sua formação continuada através de especialização em Educação Especial e mestrado em educação.

No que se refere ao processo de formação continuada dos demais professores das escolas regulares, P1 relata que além de importante, essa questão é “*abrangente e preocupante*”, pois expõem que alguns cursos podem vir a ser caracterizados como perigosos, uma vez que muitos apresentam um currículo raso e mesmo assim são denominados e utilizados para (in) capacitar o professor a atua no AEE. Segundo ela, provavelmente por conta disso, muitas vezes se vê professores fazendo reforço escolar ao invés do atendimento educacional especializado como pressupõem os ordenamentos jurídicos.

Ainda para a P1, a formação continuada dos professores precisa acontecer sempre, sendo o professor atuante da SRM ou não.

Para a P2, a formação continuada é válida desde que seja oferecida por órgãos públicos, ou seja, de forma gratuita e fora do regime de trabalho. Segundo ela, “*esse molde funciona*”. Quanto a formação de professores atuantes na SRMs, P1 coloca que deve ser oferecida a formação continuada com informação sobre as novidades em atividades para desenvolver com os alunos, além de espaços que reúnam educadores especiais para que haja a troca de experiências.

No relato da P3, percebe-se uma grande preocupação quanto a formação continuada. Para esta, seminários e palestras tem sua importância, porém somente formações continuadas específicas como, por exemplo, cursos de Braille, Tecnologias Assistivas, entre outros, é que vão capacitar o professor para oferecer uma melhor metodologia de atendimento para seus alunos. Sobre a formação continuada para professores das SRMs, a P3 reafirma que, assim como citado anteriormente, a formação deve acontecer através de seminários e cursos.

3.3. DEMANDAS DA FORMAÇÃO:

Ao pensarmos nas questões sobre as demandas dos professores atuantes nas SRMs e AEE, pensamos muito em quantidades; por vezes, pode parecer que um número de 13, 17 alunos sendo atendidos pelo Educador Especial seja um número baixo de alunos, entretanto, é preciso entender que esses alunos demandam muito tempo e planejamento do professor devido as suas necessidades e potencialidades diferentes. Em muitos casos, as características tornam o trabalho do educador um ato desafiador.

Levando isso em conta, apresentarei os relatos das entrevistas sobre questões que contemplam o campo da demanda atual da educação inclusiva.

Para a P1, um dos pontos positivos que a inclusão trouxe para a escola foi que esta tenha dado uma “sacudida” nos professores e no sistema de ensino, tornando mais claro seus afazeres inclusivos no espaço escolar. Levando isso em conta, a professora relata que se sente apta para desenvolver seu trabalho com alunos dos diversos níveis escolares (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior). Para a professora, apesar de constar na Política Nacional de Educação qual o papel do professor, ainda este não está politicamente bem definido, uma vez que em muitos momentos o educador especial necessita estar esclarecendo sua função.

Se tratando das novas demandas que a política de inclusão trouxe para a escola, a P2 relata que a questão da inclusão e das políticas que se tem hoje trouxeram novas demandas não só para o AEE como para toda a escola. Quanto ao desenvolvimento de trabalhos com alunos de todos os níveis escolares, a P2 não sente-se apta a trabalhar com alunos do ensino superior e nem totalmente preparada para trabalhar com questões do distúrbio da infância.

A P2 diz que também entende que o papel do educador especial não está politicamente bem definido além de existir uma falta de entendimento por parte da escola. Para ela, *“qualquer revolta ou oscilação emocional do aluno é motivo para levar para a educadora especial”*.

Já para a P3, a inclusão escolar trouxe novas demandas uma vez que apontou bem o papel do educador especial. Para ela, realizar atendimento de alunos que frequentam diferentes níveis de ensino não teria problema, pois ela relata que, em exceção ao ensino superior, já trabalhou com crianças de todos os níveis de ensino.

Para ela, o papel do educador especial passa a ser bem definido com a Política de 2008, ainda que na realidade acaba sendo atendido alunos com dificuldades de aprendizagem e com transtornos como a dislexia, mesmo não estando definido como público do AEE.

3.4. FORMAÇÃO ESPECÍFICA:

Devido as novas demandas da educação especial no Brasil, do fechamento de algumas classes especiais na rede estadual do Rio Grande do Sul e do fechamento, em muitos municípios, das escolas especiais, o fluxo de crianças que necessitam de atendimento educacional especializado cresceu e vem crescendo de forma rápida. Com isso, questionou-se as professoras se estas sentem-se aptas a oferecer o AEE para qualquer tipo de deficiência e se estas sentem necessidade de aprender mais sobre a sua área de atuação.

Segundo relato, a P1 não sente-se apta para atender qualquer tipo de aluno, já que sua formação inicial foi na área da Deficiência Mental. Por conta disso, a entrevistada relata que sempre que possível faz cursos diversos, para se inteirar dos assuntos que dizem respeito a área da educação especial.

Ao ser questionada sobre sua aptidão para trabalhar com os alunos, a P2 especificou que não se sente preparada para trabalhar com “*cegueira, surdez, surdocegueira*”. Sobre a necessidade de aprender mais sobre seu trabalho, a entrevistada relata que sempre tem vontade de estar descobrindo diferentes maneiras de realizar as propostas dos atendimentos.

Para a P3, a inaptidão para o atendimento em diferentes áreas é mais saliente quando se trata da surdez. Apesar de realizar diversos cursos da Língua Brasileira de Sinais, a professora relata que, por não praticar, acaba esquecendo, e isso a deixa insegura para trabalhar com alunos surdos. Sobre a necessidade de saber mais sobre a profissão, a P3 relata que, com a chegada de uma aluna cega, sua maior necessidade atualmente é a formação na área das Tecnologias Assistivas. Para melhor entendermos, segundo Bersch e Machado (2012), Tecnologia Assistiva se caracteriza como:

Tecnologia Assistiva- TA é um termo utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão. (p.80)

Percebe-se com isso que, ainda que o educador especial busque inteirar-se sobre novas áreas, focando na sua formação específica, as novas demandas fazem surgir novas necessidades de busca de conhecimento em novas áreas.

3.5. ESCOLHA PROFISSIONAL

Dentro da área da Educação Especial, percebemos que, muitas vezes, o trabalho pode se tornar exaustivo, repetitivo, dificultoso. Em muitos momentos, tomamos as dores de famílias, e chegamos ao nosso máximo para proporcionar aos alunos, pleno desenvolvimento, aos familiares, felicidade.

Com isso, é importante que saibamos como se sentem os atuais profissionais que trabalham com a educação inclusiva. Sabemos que, muito do nosso sucesso profissional, se dá a partir de escolhas do nosso interesse. Tendo essa preocupação, ao término da entrevista, questionei as professoras sobre sua escolha profissional com a seguinte questão: Você se sente ou não satisfeita com sua escolha profissional? A seguir as respostas.

A P1 responde de forma clara e sucinta, salientando que sente-se plenamente satisfeita, não conseguindo imaginar-se fazendo outra escolha profissional.

A P2 responde que atualmente sim, está muito feliz com o que faz.

E por fim a P3 também salienta estar muito satisfeita, gostando muito do que faz e sentindo assim muito motivada com sua profissão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Tão inquietante quanto pensar que não conseguiria respostas suficientes para embasar minha temática, foi perceber que todos os professores que responderam a entrevista mostraram-se, em algum momento, preocupados com a formação acadêmica, inicial ou continuada, e o impacto que esta causa nas escolas.

Pensando no processo inclusivo a partir dessas realidades da educação pública, é importante percebermos que a inclusão não se faz só com alunos. A inclusão, acima de tudo, se constrói, e para que possamos proporcionar um desenvolvimento pleno desses sujeitos, precisamos encontrar nas escolas profissionais que irão trabalhar com alunos, famílias, professores, crianças e adolescentes, e aqui a importância de se ter profissionais na sala de AEE capacitados para as mais diversas situações. Segundo Mello (2012):

Na questão da inclusão escolar, pensar sobre o papel do profissional da educação, isto é, buscar novas perspectivas para o ensino de forma diferenciada, faz parte da construção da inclusão escolar. (p. 10)

Percebemos que, por parte deste determinado grupo, a preocupação com a inclusão não se dá a partir de uma visão somente para com o aluno, mas sim com uma visão para si. Mesmo os entrevistados não relatando dessa exata maneira, se vê em entrelinhas que questionamentos internos são existentes, e que esses professores preocupam-se com o resultado que a sua formação irá exercer e influenciar no desenvolvimento dos seus presentes e futuros alunos.

Mesmo não tendo formação específica ou continuada na área da Educação Especial, muitos professores de sala regular de ensino depararam-se com uma inclusão que foi instituída e não construída. Levando isso em conta, é muito comum ouvirmos relatos desses professores onde dizem se sentir inseguros e despreparados para trabalhar com crianças que precisam de mediações únicas e diferenciadas para que possam estar desenvolvendo-se de forma íntegra em uma sala de aula regular. É em situações como essas que o educador especial pode e, no meu ponto de vista,

deve estar trabalhando também, uma vez que as necessidades que seu aluno apresenta no AEE acompanham-no na sala regular, em alguns casos, de forma mais intensa.

Através dos relatos da entrevista realizada, pude perceber uma diferença na visão das professoras formadas em Educação Especial e na professora formada em outra área com curso extensivo de habilitação em AEE. Percebo, no meu entendimento, que as educadoras especiais trazem consigo a preocupação com o sujeito, com seu contexto familiar, com aspectos que possam estar influenciando seu desenvolvimento, como chegar até esse aluno e qual a escolha mais adequada de atividade para oferecer a esse sujeito; em contraponto, a outra professora demonstra preocupar-se mais com qual atividade que vai realizar com seu aluno.

Não estou aqui julgando as diferentes formas de se trabalhar nas SRMs, mas sim, tencionando a maior questão que me traz a vontade de pesquisar sobre esse assunto: Até que ponto os cursos de habilitação para Atendimento Educacional Especializado preparam o professor para trabalhar com um sujeito que, antes de um diagnóstico, tem anseios, desejos, sentimentos?

Entretanto, encontramos cada vez mais profissionais atuantes das SRMs que tem como formação na área da Educação Especial somente os cursos de extensão fornecidos pelo governo. Essa realidade é encontrada, por exemplo, no estado do Mato Grosso do Sul, onde, segundo relata ANACHE et. al:

Como foi possível observar das treze professoras participantes, sete cursaram Pedagogia, uma o Normal Superior, duas Letras, as demais cursaram Geografia, Educação Física e Educação Artística. Em relação aos cursos de especializações, das treze professoras, apenas uma não realizou cursos na área de Educação Especial (AEE), sendo que são gratuitos e oferecidos pelo município (apesar do número reduzido de vagas) são ofertados na modalidade de estudo à distância. (p.11, 2012)

Na minha perspectiva, é importante que a formação do professor atuante na SRM, traga, mesmo que brevemente, toda a questão do desenvolvimento desses sujeitos, de identificação destes para que, após, se pense a ludicidade e em como trabalhar. Não existe um molde nem uma receita para cada diagnóstico, talvez por isso a importância de primeiro entender o aluno que frequenta o AEE.

Penso que, com a ministração desses cursos extensivos que, em sua maioria, caracterizam-se por cumprirem uma carga horária relativamente baixa em relação a quantia de temas que se necessita pensar e discutir sobre a educação inclusiva.

Percebemos através da citação anterior que, o mesmo caso da entrevistada P2 acontece em muitos estados. Tenciono novamente minha dúvida: um curso de **habilitação** trará ao professor que, até então, desconhecia a área, o mesmo suporte teórico e prático que tem o professor **graduado** na licenciatura em Educação Especial?

Entendo que as novas demandas são grandes e que, para além disso, a inclusão aconteceu rápida trazendo cada vez mais uma grande demanda para as escolas, fazendo com que se criem –ainda- medidas rápidas para suprir as necessidades presentes nas escolas.

Não estou inferiorizando a formação que habilita o professor licenciado em diversas áreas, mas acredito que deveria ser oferecido uma habilitação contínua, de um prazo maior, pois, como vimos nos relatos, se as professoras P1 e P3 que são formadas em Educação Especial sentem-se inseguras para atender toda a demanda de alunos com os mais variados diagnósticos, penso que os professores que atuam somente com habilitação tão pouco se sentirão preparados.

REFERENCIAS:

BRASIL, 2008

BRASIL, 1996.

ANACHE, Alexandra Ayach et. al. **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**. 2012.

BRASIL, Decreto Lei Federal no 7611/2011. Dispões sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 17/11/2011.

BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 4/2009, de 2 de outubro. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf (Acesso em 30/10/2014)

DIAS, Tércia Regina S. OMOTE, Sadao. **Entrevista em Educação Especial: aspectos metodológicos**. In, Revista Brasileira de Educação Especial, v.02 n.03. Marília, 1995.

FIGUEIREIDO, R. V. de. **A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade**. In: MANTOAN, Maria Teresa Égler (org.). O desafio das diferenças nas escolas. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. P.141-145.

MILANESI, J. B. **Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista**. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

ANEXOS:

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
 CENTRO DE EDUCAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
 CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
 DISCIPLINA: TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
 2º SEMESTRE DE 2014

Roteiro de entrevista com professores de Salas de Recursos Multifuncionais

I. IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Idade:

E-mail:

Telefone:

II. FORMAÇÃO ACADÊMICA

ENSINO MÉDIO		
Curso:	Instituição:	
Magistério ()	Pública ()	Ano de conclusão:
Ensino Médio regular ()	Privada ()	
SUPERIOR		

Curso: (Presencial ()) (À distância ())	Instituição:	
	Pública () Privada ()	Ano de conclusão:
Outro curso () Qual: Presencial () À distância ()	Instituição:	
	Pública () Privada ()	Ano de conclusão:
PÓS-GRADUAÇÃO		
<i>Lato Sensu</i> () (especialização) Curso: Presencial () À distância ()	Instituição:	
	Pública: () Privada: ()	Ano de conclusão
<i>Strictu Sensu</i> () (mestrado e doutorado) Curso: Presencial () À distância ()	Instituição:	
	Pública: () Privada: ()	Ano de conclusão
CURSOS EXTRAS		
Curso: Tipo de curso: Carga horária:	Instituição:	
	Pública: () Privada: ()	Ano de conclusão
	Presencial ()	

	À distância ()	
--	-----------------	--

III. ATIVIDADES

- a) Qual o nome da(s) instituição(s) escolar em que trabalha:
- b) Cargo ocupado:
- c) Carga horária:
- d) Tempo de atuação nesse cargo:
- e) Tempo de atuação nessa rede de ensino:
- f) Tempo de atuação na educação:
- g) Atua em outra escola? Outra rede de ensino? Qual a carga horária?
- h) Quantos alunos você atende ao todo:

EIXO TEMÁTICO 1: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INCLUSÃO ESCOLAR

- 1) Nós queremos saber como você ingressou na área da Educação Especial?
- 2) Como foi a sua formação inicial?
- 3) Como foi a formação continuada?
- 4) A política de inclusão escolar trouxe ou não novas demandas para a formação dos professores de educação especial? Em caso positivo, quais?
- 5) Para atuar nas salas de recursos o professor especializado precisa ou não de formação continuada? Em caso positivo, de quais tipos?
- 6) Como você acha que deve ser a formação inicial de professores de salas de recursos?
- 7) Como você acha que deve ser a formação continuada de professores de salas de recursos?

8) Você se sente apta para oferecer o AEE em salas de recursos para alunos de qualquer nível de ensino (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior)?

9) Você se sente apta para oferecer o AEE em salas de recursos para qualquer tipo de aluno (com eficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação)?

10) Você considera que o papel do professor da salas de recursos está ou não politicamente bem definido? Justifique sua resposta.

11) Você sente desejo ou necessidade de aprender mais sobre seu trabalho? Em caso positivo que demanda você teria de formação?

12) Você se sente ou não satisfeita com sua escolha profissional? Justifique sua resposta.

EIXO TEMÁTICO 2: ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NAS SRMS E CLASSES COMUNS

1) De modo geral qual é a função da escolarização para alunos com NEEs? O que a escola tem condições e oferecer a eles?

2) E qual é a função do AEE oferecido em SRMs? E a função da classe comum?

3) Em geral, o encaminhamento inicial do estudante é feito por quem: pais, professores, outro profissional? Por exemplo: quem informa inicialmente que o estudante é suspeito de ter alguma condição que precisa ser avaliada?

4) Quais são as NEE dos alunos atendidos? Há laudo? (se a resposta for positiva, nos informe por quem e de que forma este laudo foi feito).

5) Qual é o objetivo do AEE para alunos com:

- a. Transtornos globais de desenvolvimento
- b. Superdotação/altas habilidades
- c. Deficiência intelectual
- d. Deficiência visual
- e. Deficiência auditiva

- f. Deficiência física
- g. Deficiência múltipla

6) Como é organizado o tempo, turnos e horários nos ambientes destinados a este serviço de apoio?

7) Descreva as principais atividades desenvolvidas neste serviço de apoio?

8) Descreva especificamente o tipo de atividade que você desenvolve na SRM com alunos com:

- h. Transtornos globais de desenvolvimento
- i. Superdotação/altas habilidades
- j. Deficiência intelectual
- k. Deficiência visual
- l. Deficiência auditiva
- m. Deficiência física
- n. Deficiência múltipla

9) Como é organizado o tempo nas SRMs para os alunos?

- Descrever a organização da agenda, quantos alunos são atendidos por dia/semana/mês
- Qual a duração do atendimento
- Avaliar se o tempo disponível é suficiente para os alunos
- Especificar se o atendimento é individualizado, em grupo ou misto,

10) Como tem sido as presenças/ausências dos alunos com NEES na classe comum?

11) O AEE sempre é ofertado em SRMs no contraturno? OU Seja você tem aluno que sai da classe comum para frequentar a SRM? Em caso positivo quais são os motivos?

12) Em que medida o AEE ofertado em SRMs no contraturno atende as necessidades diferenciadas de todos os estudantes com NEEs?

13) O trabalho na SRM permite algum tipo de atuação fora de sala com

- Os professores da classe comum - como isso é feito ?
- Com as famílias dos alunos?

14) Descrever se há intercâmbio com outros profissionais que atuam com o aluno

EIXO TEMÁTICO 3: Relação com a escola

- 1) Que limites e possibilidades oferecem as SRMs como serviço de apoio para todos os tipos de alunos?
- 2) Você acredita que as SRMs é suficiente para responder as necessidades dos alunos com NEES? Em caso negativo, onde mais pode ser ofertado o AEE?
- 3) Como você avalia a qualidade do serviço do AEE ofertado em SRMs?
- 4) Os alunos com NEES permanecem toda a jornada dentro da classe comum? Frequentam a classe comum todos os dias da semana?
- 5) Há diferença nas presenças/ausências dos alunos com NEES na classe comum e na SRM?
- 6) Que relação existe entre o trabalho desenvolvido pelo professor da classe comum e o professor da SRMs?
- 7) Que relação existe entre o currículo da SRMs e das classes comuns que o aluno frequenta?
- 8) No caso de alunos não alfabetizados de quem é a responsabilidade por alfabetizá-los?
- 9) Como é a sua relação com os professores das classes comuns?
- 10) Apresente suas considerações e/ou sugestões em relação a outros aspectos que não tenham sido complementados nesse questionário (inclusive mencionando outras ações, serviços e/ou recursos que por ventura não foram citados)

